

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PÓS-ABOLIÇÃO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Adriana Silva Santos¹
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
adrianaquilombos@yahoo.com.br

RESUMO

Os estudos sobre as relações e experiências de trabalho no período pós-abolição têm avançado nas últimas décadas. Neste sentido, este artigo pretende apresentar uma discussão historiográfica com uma bibliografia recente sobre esta temática. Dentre as obras que tratam sobre a situação do trabalho neste período *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910* de Sandra Graham (1992); *Encruzilhadas da Liberdade* de Walter Fraga (2006); *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX* de Maria Odila Dias (1995) e por fim a dissertação de mestrado de Maria Aparecida Sanches (1998) *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950*. Com isso, este artigo apontará as contribuições teóricas e metodológicas destes trabalhos que dão consistência ao debate sobre a situação das relações de trabalho na pós-abolição.

Palavras-chave: Historiografia; Relações de trabalho; Pós-abolição

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as relações e experiências de trabalho no período pós-abolição têm avançado nas últimas décadas. Neste sentido, pretendo apresentar uma discussão historiográfica com uma bibliografia recente que trata sobre esta temática. É importante ressaltar, que este trabalho não pretende esgotar a discussão sobre o assunto, mas, apontar as contribuições teóricas e metodológicas que as pesquisas vêm oferecendo ao debate sobre a situação das relações de trabalho na pós-abolição.

Para dar início a esta análise, vale destacar a afirmação de Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007, p. 11), sobre o assunto:

...A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo.²

Vale salientar, que as primeiras décadas do regime Republicano foram marcadas por agitações urbanas e por grandes transformações nas relações de trabalho no país. Podemos

¹Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Bolsista ICB/UESC, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues.

²CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

afirmar que nessa época se construiu uma nova ideologia do trabalho que tinha como objetivo uma mudança radical no conceito deste. Verifica-se a partir de então uma valoração positiva em que o trabalho formal se transformou no princípio regulador da sociedade.³

Dentre as obras que tratam sobre a situação do trabalho neste período podemos destacar para a proposta deste artigo, *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910* de Sandra Lauderdale Graham (1992); *Encruzilhadas da Liberdade* de Walter Fraga Filho (2006); *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX* de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) e por fim a dissertação de mestrado de Maria Aparecida Prazeres Sanches (1998) *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950*.

Entre os elementos que motivaram a escolha de tal bibliografia, destaco principalmente o enfoque dado pelos autores em sujeitos históricos excluídos do poder, sobretudo as mulheres, nas suas diferentes condições sociais e de trabalho, mas também pela atenção aos demais grupos sociais, entre eles negros, libertos, trabalhadores ambulantes, vendedores, etc. Bem como, o trato com a documentação, visto que as fontes utilizadas por estes autores permitiram identificar as experiências e formas elaboradas para estes sujeitos históricos inserirem-se no mercado de trabalho, assim como as relações estabelecidas entre esses grupos e seus patrões como também, com os poderes públicos.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Segundo as historiadoras Hebe Maria Matos e Ana Maria Rios, é importante ressaltar que

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi bem mais estudado do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social ou cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeicultura paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu. (2004; 174).⁴

Neste sentido, entre as obras que abordam a situação do trabalho, na perspectiva da história social e da cultura, podemos destacar o livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* de Maria Odila da Silva Dias, publicado em sua primeira versão em 1984,

³CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

⁴TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

revelando-se inovador para época e referência para os trabalhos seguintes que se debruçam sobre a situação do trabalho e do cotidiano das mulheres pobres.

Neste trabalho, a historiadora analisa as tensões e conflitos que permeiam a vida cotidiana de mulheres que vivem às margens do sistema, às margens do trabalho significativo. São vendedoras de tabuleiros, ambulantes, lavadeiras que elaboram formas e estratégias para inserir-se no mercado de trabalho e garantir sua cidadania. Ao estudar o cotidiano destas mulheres, no qual se desenrolam estratégias de manutenção e reelaboração das relações de trabalho, Dias contribui para o conhecimento dos papéis históricos assumidos pelas mulheres das classes oprimidas no processo de urbanização da cidade de São Paulo entre fins do século XIX, ao mesmo tempo em que insere nos estudos históricos sujeitos marginalizados pela historiografia tradicional.

Pela dificuldade de encontrar uma documentação produzida por estes sujeitos que retrate seu cotidiano e suas estratégias de sobrevivência, tendo em vista que em sua maioria não dominavam os códigos da escrita, Maria Odila utiliza-se de uma documentação oficial (processos crimes, cíveis, atas da Câmara Municipal, códigos de posturas, registros de ocorrências) para elaborar sua tese. Seu objetivo é discutir a luta pela sobrevivência das mulheres excluídas do processo formal do trabalho. Ao analisar este tipo de documentação Maria Odila Dias faz uma leitura a contrapelo tentando identificar nestes documentos as vozes, reclamações, solicitações destas mulheres aos poderes públicos, filtrando do documento aquilo que ele não se propôs a relatar, e com isso incorpora à história tensões sociais cotidianas que implicam na reconstrução das formas de sobrevivência destas mulheres. Ao adotar tal postura metodológica Dias contribui para que a rotina destas vendedoras, lavadeiras, quitandeiras seja revelada e inserida numa produção historiográfica que aborde a situação do trabalho dos grupos marginalizados.

No tocante às relações de trabalho da mulher negra, no que se refere ao trabalho doméstico Sandra Lauderdale Graham no seu livro *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910* focaliza a relação ambígua e tensa entre patrões e criadas, bem como sua vida privada e a relação estabelecida por elas entre o espaço da casa e da rua. Este trabalho é a tradução da tese de doutorado da autora americana defendida em 1988 no departamento de História da Universidade do Texas.

No período abordado por Graham, o Rio de Janeiro era a capital do Império e posteriormente da República. Tal cenário se torna propício para os estudos sobre o serviço doméstico, posto que, configurava-se como o espaço central da economia brasileira. Utilizando, tal como Maria Odila Dias, uma vasta documentação oficial Sandra Graham identifica o mundo

das mulheres, livres ou escravas que trabalhavam como criadas domésticas no Rio de Janeiro entre 1860-1910. Ao analisar estes anos a historiadora apreende as permanências e rupturas do antes e depois à Abolição da Escravidão e à Proclamação da República, permitindo acompanhar as transformações da vida urbana e da vida doméstica feminina. A escolha deste grupo social se deve ao fato de que essas mulheres se constituíam enquanto maioria neste tipo de trabalho.

Embora explorando o mesmo tipo de fonte de Maria Odila Dias, a abordagem de Graham se difere da autora paulista, na medida em que a sua análise está fundamentada na relação de proteção e obediência, entre criadas e patrões. Para a autora, proteção e obediência referem-se à responsabilidade dos senhores/patrões em prover as necessidades básicas das escravas/criadas, em troca de obediência. Neste caso, a responsabilidade do senhor para com a criada implicava o seu controle. Esta interpretação de Sandra Graham se aproxima das tradicionais abordagens sobre paternalismo e escravidão consagradas por Gilberto Freyre⁵, ao passo que compreende esta relação sem o conflito.

Ainda sobre a situação das empregadas domésticas, evidencio a dissertação de mestrado *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950*, defendida em 1998 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) por Maria Aparecida Prazeres Sanches. Na tentativa de reconstruir as experiências de trabalho vividas pelas mulheres pobres de Salvador entre 1900 a 1950, na função de empregadas domésticas, a historiadora, para viabilizar sua pesquisa, utiliza-se principalmente de processos-crimes, tendo em vista que estes permitem estudar os momentos de conflito na vida cotidiana destas trabalhadoras, assim como, visualizar as relações que eram vivenciadas em torno das atividades domésticas. Entre estes processos encontram-se os de defloramentos, infanticídios, furtos e lesões corporais. Ainda sobre a documentação utilizada por Sanches, diante das informações que os processos-crimes não forneciam, a pesquisadora recorreu aos principais jornais que circulavam em Salvador na época, a saber, o *Diário de Notícias*, o *Diário da Bahia* e o *A Tarde*. Nas seções de Queixas e Reclamações, de Crônicas de Ruas e de Anúncios Classificados encontrou-se “alguns aspectos que norteavam a procura e escolha de uma empregada doméstica, assim como muitos dos conflitos, receios, agressões e explorações que perpassavam esta relação.” (SANCHES, 1998; 13). Além desta documentação, a autora também utiliza os relatórios de polícia, as teses da Faculdade de Medicina da Bahia, os livros de economia doméstica do Instituto Feminino da Bahia, entre outras. Estas fontes permitiram

⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

identificar o comportamento das domésticas, assim como de seus patrões, além de possibilitar conhecer as condições de vida destas mulheres.

Maria Aparecida Sanches ao escolher o período que compreende os anos de 1900 a 1950 evidencia que a sua preocupação está na tentativa de perceber as permanências da herança escravista numa atividade profundamente marcada no cotidiano daquela relação, bem como identifica o movimento particular das relações de trabalho em Salvador. Neste período, na capital baiana, a realidade do trabalho e os problemas decorrentes dele “derivavam da estrutura tradicional e pouco dinâmica da economia do estado que, pautava-se basicamente em atividades comerciais” (SANCHES, 1998; 8). Aqui o trabalho de Sanches ganha destaque, pois, volta sua análise para uma atividade tradicional, como a do setor doméstico, que ganhava importância como alternativa de trabalho e sobrevivência para muitas mulheres pobres na cidade de Salvador. A historiadora dialoga com uma bibliografia nacional que trata sobre a situação do trabalho, sobre a condição de vida de trabalhadores, sobretudo, das empregadas domésticas, a inserção da população negra no mercado de trabalho, o processo de modernização na cidade de Salvador e suas implicações no cotidiano destes trabalhadores. Entre estes estudos, está o de Sandra Lauderdale Graham⁶, Sidney Chalhoub⁷, Florestan Fernandes⁸, Alberto Heráclito Ferreira Filho⁹, Milton Santos¹⁰, entre outros.

Esses estudos citados têm renovado as abordagens sobre pós-abolição, ao permitir pensar os conflitos sociais e raciais que se seguiram ao fim da escravidão. Como afirma Walter Fraga

A grande virada foi no sentido de uma abordagem cultural que permitiu ir além dos limites da escravidão, e pensar a religiosidade, redes sociais, relações familiares, formas de morar, de se divertir, de preparar os alimentos e de se rebelar contra a escravidão. E, o mais importante ainda, refletir sobre as referências africanas e avaliar de que maneira elas interagiram com as culturas locais e estiveram presentes no cotidiano dos africanos e dos seus descendentes.¹¹

No que se refere a esta questão e da inserção dos negros no mercado de trabalho na região do Recôncavo baiano destaco *Encruzilhadas da Liberdade* do historiador já

⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

⁸ FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁹ FERREIRA FILHO, Alberto H. **Salvador das Mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita. Salvador: UFBA, dissertação de Mestrado, 1994. Mimeo.

¹⁰ SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador. Estudos de Geografia Urbana**. Salvador: UFBA e Livraria Progresso Editora, 1959.

¹¹ Revista de História, 1, 1 (2009), pp. 119-124

mencionado, Walter Fraga Filho. Esta obra é fruto da tese de doutorado em história social da cultura defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, com orientação do professor Robert Slenes, no ano de 2004. Com o objetivo de acompanhar trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo baiano, entre as últimas décadas que antecederam a abolição e os primeiros vinte anos após o referido evento Fraga Filho utiliza vasta documentação histórica as quais podemos destacar (documentos oficiais, correspondências policiais, registros cartoriais, inventários, jornais, romances, memórias, correspondências privadas e depoimentos orais). Essas fontes permitem identificar como as experiências da escravidão, se delinearam sobre o cotidiano dos ex-escravos na pós-abolição, norteadas por condutas, escolhas e projetos de liberdade. O cruzamento desta documentação, caracterizando-se como um procedimento metodológico possibilitou a oportunidade de avaliar consequências e implicações da abolição sobre a região do Recôncavo, bem como, refazer os percursos individuais e coletivos destes sujeitos entre os anos 1870 e 1910, que compreende no processo de abolição, a Lei do Ventre Livre e as primeiras décadas do regime Republicano com todo um discurso de *ordem e progresso*. Através destas documentações permitiu-se também, identificar quais os tipos de trabalho as populações recém- libertas inseriram-se. O setor doméstico era o que mais absorvia trabalho feminino, eram amas secas, engomadeiras e cozinheiras. Porém, o trabalho doméstico agregava também a mão-de-obra masculina. No entanto, suas ocupações estavam mais relacionadas à lavoura e no mercado urbano, aos serviços de ganhadores, marceneiros, pedreiros, etc.

Para fundamentar sua análise Fraga Filho utiliza-se de uma bibliografia clássica e atual, nacional e internacional, sobre a Bahia, o Brasil. Fazendo uma discussão teórica entre os trabalhos de Robert Darnton¹², Carlo Ginzburg¹³, Clifford Geertz¹⁴, do historiador E. P. Thompson¹⁵ e do antropólogo americano James Scott¹⁶, enfatiza a lógica dos comportamentos e das escolhas dos indivíduos, e alternativas na busca e da defesa da liberdade. Na sua pesquisa, identifica que muitos libertos e libertas tiveram a oportunidade de viver a experiência da liberdade, com direito a terra para plantar e a acesso livre às feiras locais. Outros decidiram ir para cidades da região, como Santo Amaro, Cachoeira ou, para Salvador.

¹²DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹³Ginzburg, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁴GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

¹⁵THOMPSON, E. P. Senhores & Caçadores: A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁶SCOTT, James C. Domination and the arts of resistance. Hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

Portanto, sua abordagem se insere num discurso historiográfico que enfatiza a ação dos escravos e libertos como sujeitos que articulam formas de sobrevivências e criam teias de solidariedade, viabilizando esta sobrevivência fora dos engenhos e exigindo tratamento de cidadãos livres. Além do cuidado na interpretação dos documentos utilizados, é neste sentido que o seu trabalho contribui para o debate em torno da discussão sobre as experiências e relações de trabalho na pós-abolição.

CONCLUSÃO

A revisão acima demonstrou que por meio de uma leitura a contrapelo das fontes oficiais é possível evidenciar as experiências de trabalho da população pobre, sobretudo negra, no período pós-abolição no Brasil. Por meio da busca de novas fontes foi possível identificar o comportamento, a luta pela sobrevivência e as condições de vida das empregadas domésticas, dos trabalhadores ambulantes. Com a contribuição oferecida por Fraga é possível abrir caminhos para novas abordagens, identificando novos personagens e situações vivenciadas pelas pessoas que tiveram suas vidas marcadas pela escravidão, tendo em vista que estes sujeitos históricos, nas suas diferentes condições sociais e de trabalho, foram excluídos dos espaços de poder.

A revisão também demonstrou que os estudos nesse sentido, tem avançado para além do eixo Rio-São Paulo. No entanto, os estudos sobre a Bahia, apresentados neste artigo pelos trabalhos de Walter Fraga e Maria Aparecida Sanches, continuam restritos a Salvador e ao Recôncavo baiano. É neste contexto, que se faz importante analisar a região sul da Bahia, no que se refere a questão das relações e experiências de trabalho no início do século XX bem como, as estratégias que a população negra elaborou para inserir-se no mercado trabalho no sul da Bahia. Apesar de configurarem como maioria da população na região cacaueteira, a participação da população negra na economia, na sociedade e na cultura, tornou-se invisível pela discussão intelectual e acadêmica gerada em torno do cacau e do coronelismo.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA FILHO, Alberto H. **Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita**. Salvador: UFBA, dissertação de Mestrado, 1994. Mimeo.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**, Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal, São Paulo: José Olímpio, 1987.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANCHES, Maria Aparecida P. **Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador, 1900-1950**. Dissertação. Salvador: UFBA, 1998.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador. Estudos de Geografia Urbana**. Salvador: UFBA e Livraria Progresso Editora, 1959.

Outras referências

Revista de História, 1, 1 (2009), pp. 119-124

TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.